



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

“Por Deus e pela minha família”:

a crise do lulo-petismo e o papel da bancada evangélica no golpe parlamentar e nas reformas temerárias

Yuri Rodrigues da Cunha

Como citar: CUNHA, Y. R. “Por Deus e pela minha família”: a crise do lulo-petismo e o papel da bancada evangélica no golpe parlamentar e nas reformas temerárias. *In:* DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.). **Determinações do Mundo do Trabalho:** centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 129-144.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p129-144>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

“POR DEUS E PELA MINHA FAMÍLIA”: A CRISE DO LULO-PETISMO E O PAPEL DA BANCADA EVANGÉLICA NO GOLPE PARLAMENTAR E NAS REFORMAS TEMERÁRIAS

Yuri Rodrigues da Cunha

INTRODUÇÃO

O ano de 2016 marcou no cenário político brasileiro uma inflexão conjuntural, em virtude da efetivação do golpe parlamentar que depôs a presidenta reeleita em 2014, Dilma Rousseff. A nosso ver, a ruptura institucional encerrou – ou suspendeu – o ciclo do governo *lulo-petista*, modificando assim, a natureza da conciliação de classes que vinha se efetivando desde 2003. Assim, a compreensão do golpe passa não somente pelas razões de sua efetivação, mas também, por seus desdobramentos, ou seja, quais propostas e medidas adotadas pelo novo governo, e quais atores e frações de classes se aliam à fração dirigente do Bloco no Poder. Com isso, a partir rearranjo político pós-golpe, julgamos importante analisar o

papel, a atuação e os interesses da Bancada Evangélica na composição do novo governo.

O argumento que desenvolvemos ao longo deste artigo assenta-se na ideia de que a bancada evangélica, na atual conjuntura, ocupa um papel importante na conciliação de classes do novo governo, cabendo a ela, a tentativa de legitimar moralmente, baseada em premissas religiosas, a construção de um consenso nas classes populares e subalternas em prol das reformas de Temer, cuja contrapartida consistiria na aprovação de suas pautas moralizantes.

Partimos do pressuposto apresentado por Poulantzas (1977), para o qual o Estado é um campo relacional que materializa as disputas econômicas e políticas, e, por suas próprias características possui uma autonomia relativa, possuindo com isso, um aspecto decisivo na tentativa de formulação de coesão nos diferentes níveis da formação social. Em outro trabalho, o autor argumenta que no Estado os antagonismos das frações constituem uma contradição interna às classes dominantes e ao próprio Estado. Assim, o Estado seria uma organização hegemônica que organizaria as forças em luta desdobradas das contradições entre as classes sociais fundamentais do capitalismo (POULANTZAS, 1975).

A partir dessa análise, o autor lança mão do conceito de *bloco no poder*, isto é, uma aliança específica das classes e frações de classe política e economicamente dominante, que manifestam os interesses da burguesia (nacional e internacional) de uma forma geral, e que devem organizar a partilha do espólio da classe trabalhadora, para que nenhum interesse das frações se sobreponha de modo que outras frações também não obtenham ganhos substanciais. Por isso, o Estado manteria a unidade e coesão da formação social dividida em classes, trazendo para dentro de si as contradições de classe do conjunto de formação social, legitimando os interesses de determinadas frações em detrimento dos interesses de outras (POULANTZAS, 1975).

Ou seja, o que ocorre é a internalização da correlação Capital x Trabalho no seio do próprio Estado, que leva, portanto, à luta de classes para o interior do próprio Estado, e por isso, não é possível afirmar à priori que o Estado seja uma simples ferramenta manipulável à vontade das classes dominantes.

É evidente que o Estado Capitalista, dentro do paradigma marxiano, é compreendido como um elemento fundamental e decisivo na correlação Capital x Trabalho, sendo que, na perspectiva do próprio Marx (2011), o Estado é uma relação de poder que se assenta nas condições econômicas e de estruturação material que o sustenta, e de maneira mais geral, disputa-lo é tentar tomar posse desse monstruoso edifício como parte do leão dos despojos dos vencedores.

Nesse sentido, a política econômica que é levada a cabo pelas camadas dirigentes de Estado específico é elaborada com vistas à satisfação desses próprios interesses (MARX, 2012). Nesse sentido, na ótica de Marx e de Engels (2005), o Estado não passa de um grande administrador dos interesses da burguesia. Ainda que o argumento seja válido, é necessário, a nosso ver, levar em conta as particularidades de cada momento histórico e como se desenvolvem as formas de dominação das classes burguesas e as barganhas que estas fazem às classes trabalhadoras para manterem sua dominação.

Desta maneira o Estado capitalista, com toda sua complexidade e instituições que o compõem, legitima a exploração e espoliação do trabalhador, mantendo um equilíbrio de forças que historicamente pendeu para as classes burguesas, ainda que em momentos específicos da correlação Capital x Trabalho, ele pôde estar mais próximo dos interesses das classes trabalhadoras. Portanto, se o Estado é um campo relacional de disputa política e econômica e possui ainda, a capacidade de gerar uma relativa coesão, ele está aberto às diversas frações das classes sociais que visam tomar sua direção política. É justamente a partir dessa concepção que levamos em consideração a “Bancada Evangélica” e seu projeto político.

Cabe ainda ressaltar que, apesar de privilegiarmos o campo metodológico marxiano, lançamos mão de alguns argumentos weberianos a respeito da questão religiosa, isto porque, de acordo com Weber [197?], o pensamento e o modo de vida religioso em si são profundamente influenciados por fatores políticos e econômicos, que operam em limites geográficos, políticos, sociais e nacionais, mas que, por sua vez, acabam se tornando uma racionalidade importante que norteiam práticas políticas. No limite, o que argumenta Weber é o fato do pensamento religioso ser resultado de aspecto histórico, ao mesmo tempo em que influencia as tomadas de decisões dos indivíduos particulares.

Ainda dentro da perspectiva elaborada por Weber, a dimensão ascética de uma determinada seita religiosa busca modelar a vida cotidiana segundo uma pretensa vontade de Deus, e mais, dentro do protestantismo, e dos neopentecostais, sobretudo¹, a vida cotidiana e o acesso à riqueza material são formas de comprovação da graça divina. Nesse sentido, há um éthos específico dos protestantes, sendo a religião uma forma de conduta ética, e que, por sua vez, deve ser esse postulado levado para as práticas políticas, ou seja, para o Estado.

O fato do Estado e da política serem vistos como espaços para delimitação da vida cotidiana, faz com que, esse campo em disputa seja visto por parte dos atores representantes da Bancada Evangélica, como um espaço de atuação de suas práticas morais e religiosas, fazendo com que, determinadas tomadas de decisões sejam feitas baseadas nas premissas morais de suas religiosidades, que seriam as verdadeiras vontades divinas. O Bispo Edir Macedo deixa claro essa concepção em um de seus livros: “O Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política” (2008), para o qual, Deus era um grande estadista, criou o mundo e elaborou um plano político que deveria ser levado a cabo pelo Seu povo (sic). É justamente nesse sentido que a Bancada Evangélica tentará reivindicar para si o protagonismo político para tentar moralizar a política vista como um lamaçal de corrupção, pois ela sim, a Bancada Evangélica, possuiria uma envergadura moral capaz de sanar a abstrata noção da corrupção.

É importante salientar ainda, que estamos diante de uma crise política e institucional que resulta e é resultante da deposição de Dilma Rousseff e da briga pela partilha dos espólios do Estado, onde as diferentes frações tentam cada uma, reivindicar a si o papel de fração dirigente do bloco no poder. Se a Bancada Evangélica não é ainda representante direta das frações capitalistas, ela possui um trunfo em suas mãos, a população evangélica cresce a galope no Brasil, e se mostra um grupo fiel e disposto a obedecer às ordens daqueles que estão representando uma suposta vontade divina.

¹ Weber não se debruçou sobre os neopentecostais, dedicando-se apenas aos protestantes. É óbvio que o fenômeno do neopentecostalismo é demasiadamente recente, surge após a morte de Weber, porém, suas bases encontram-se no protestantismo clássico do qual o sociólogo alemão debruçou-se.

O GOLPE PARLAMENTAR E A RUPTURA INSTITUCIONAL

Desde as eleições presidenciais de 2014 quando por uma diferença de 3,28%² a candidata Dilma Rousseff fora reeleita no segundo turno, as intensas críticas que se faziam ao governo *lulo-petista* converteram-se em ferrenhas campanhas pró-impeachment, culminando num primeiro momento, na admissibilidade do processo de *impeachment* em dezembro de 2015 por Eduardo Cunha, passando pelas longas 53 horas de seção, onde nas últimas seis, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório pró-impeachment, autorizando o Senado Federal a transcorrer com o processo de deposição da presidenta³ e, num segundo momento, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal decidiu depor a presidenta, por 61 votos a 20.

A nosso ver, é importante destacar que o processo do golpe parlamentar se iniciou imediatamente após o processo eleitoral de 2014, quando aparentemente o lulo-petismo já tinha dado os sinais de desgaste, sobretudo, em razão das “jornadas de junho” de 2013, mas que sai vencedor no pleito eleitoral do ano seguinte. Apenas para situar 2013, concordamos com Gohn (2015), quando entende que essas manifestações representavam uma indignação frente à conjuntura política nacional, adquirindo nesses eventos um caráter de movimento de massa, de protesto, revolta coletiva, aglutinando indignações de diferentes estratos sociais, com especial destaque à “classe média”, ainda que seu momento inicial se deu em virtude de um ato de estudantes em prol do “passe livre”.

Ainda segundo a autora, os manifestantes atuavam em coletivos não hierarquizados, com gestão descentralizada, produzindo assim, manifestações com outra estética, os participantes tinham mais autonomia e não atuavam sob coordenação de uma liderança central (GOHN, 2015). Cabe destacar ainda que nas jornadas de junho não havia hegemonia de apenas uma ideologia ou utopia, o que os movimentava era um “sentimento de descontentamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas do poder estatal”

² Em números a diferença foi de 3.445.963 de eleitores para a candidata a reeleição Dilma Rousseff frente à candidatura de Aécio Neves. Foi 51,64% (votos válidos) contra, 48,36%, segundo dados tabulados pelo TSE.

³ SIQUEIRA, Carol. *Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>. Acesso em: 21 abr. 2016.

(GOHN, 2015, p. 13). Por fim, ainda a respeito de 2013, os movimentos sociais mais tradicionais, como centrais sindicais, tentaram disputar o espaço das jornadas de junho, quando no segundo semestre do mesmo ano chamaram atos como em julho no Dia Nacional de Mobilização, porém com baixa adesão popular, terminando, muitos destes atos, em confronto com a polícia.

O fato das jornadas colocarem muitos jovens às ruas, com outra estética e outras reivindicações além das pautas clássicas das classes trabalhadoras, permitiu que, na campanha eleitoral do ano seguinte, ela se tornasse o principal mote de uma “nova política”, com pautas “modernizantes” como: “descentralização”, “simplicidade”, “confiança”, “eficiência”, “transparência”, “inovação”, “participação popular”⁴, mas que na prática era a apenas uma retórica de um partido de claro apoio das frações burguesas do rentismo.

Retornemos a questão do golpe. O primeiro registro dos atos pró-impeachment se deu seis dias após o resultado do pleito eleitoral na cidade de São Paulo, quando naquele protesto, além do impeachment os manifestantes pediam intervenção militar⁵. Desde então, os atos multiplicaram-se, seja no número de cidades onde passou a ocorrer, quanto na quantidade de pessoas envolvidas, tendo como marco os atos de 15 de Março e 13 de Dezembro de 2015. Para não alongarmos de maneira demasiada, abordaremos nesse momento apenas o ato do dia 15 de março.

O ato de 15 de março foi convocado principalmente por meio das redes sociais, como o *Facebook*, e em sua organização articulavam-se principalmente os seguintes grupos: Movimento Brasil Livre (MBL); Vem Pra Rua; Revoltados On-Line⁶. Além desses grupos ajudaram ainda na mobilização, quadros do PSDB⁷, sendo que, ainda na cidade de São Paulo o metrô, que é de responsabilidade do Governo estadual (PSDB), liberou

⁴ Plano de Governo: Aécio Neves – PSDB, 2014.

⁵ URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela. Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 nov. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2016.

⁶ BEDINELLI, Talita. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. *El País Brasil*, 15 mar. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html. Acesso em: 07 jul. 2016.

⁷ VENCESLAU, Pedro. Tucanos definem atuação nos atos pró-impeachment. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tucanosdefinematuacaonosatosproimpeachmentimp,1641620#>. Acesso em: 07 jul. 2016.

as catracas para o ato, coisa que não faz nem quando há grandes eventos e manifestações populares na Avenida Paulista⁸. Deve ser destacado ainda, o papel da Central Globo de Jornalismo, que, a nosso ver, foi uma agente importante nesse ato, uma vez que fizeram ao longo do dia, coberturas e chamadas ao vivo, dos movimentos, como um claro estímulo à participação da população⁹.

Segundo o Datafolha, o ato em São Paulo contou com aproximadamente 210 mil pessoas, ao passo que em todas as 160 cidades onde foram realizados atos conjuntos, reuniram segundo contagem das Polícias Militares, 2,3 milhões de pessoas¹⁰. Neste ato era uníssono o pedido de impeachment, sobretudo em virtude da “institucionalização da corrupção” (sic) resultada das práticas e governos *lulo-petista*¹¹. Por fim, cabe destacar ainda que outras importantes instituições como a FIESP também contribuíram com o ato. Deve ser mencionado ainda que grande parte das manifestações datadas de 2015 foi composta por manifestantes brancos, de alta renda e que votaram em Aécio Neves no ano anterior¹².

O desdobramento desse e dos demais atos, foi o acolhimento, pelo então presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha (PMDB), em 02 de dezembro de 2015, de um dos pedidos de impeachment protocolados na casa.

Diante deste cenário, é importante levar em consideração que o golpe parlamentar não deve ser compreendido apenas a partir de seus determinantes como as recorrentes manifestações, mas a nosso ver, o sentido pelo qual o golpe se efetivou encontra-se nas reformas neoliberais

⁸ AGOSTINE, Cristiane. Metrô de São Paulo liberou a catraca para manifestantes em ato contra a Dilma. *Valor Econômico*, 18 mar. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3963126/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma>. Acesso em: 07 jul. 2016.

⁹ Um fato curioso e que reforça essa ideia da participação tucana nos atos, foi o então secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre Morais (atualmente Ministro do STF), solicitar à Federação Paulista de Futebol o adiantamento da partida entre Palmeiras x XV de Piracicaba, das 16h00min para às 11h00min de 15 de março.

¹⁰ G1. Manifestantes protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior. *G1.com*, 16 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contra-dilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>. Acesso em: 07 jul. 2016.

¹¹ PONTES, Jorge. Corrupção sistêmica institucionalizada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 dez. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/corruptao-sistemica-institucionalizada-14905059>. Acesso em: 07 jul. 2016.

¹² DINIZ, Maiana. Manifestantes contra o governo são brancos e de alta renda, aponta pesquisa. *Agência Brasil, EBC*, 18 ago. 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/pesquisas-revelam-retrato-social-e-racial-de-manifestantes> Acesso em: 07 jul. 2016.

propostas e levadas a cabo pelo governo Temer, reformas essas que chamaremos aqui de *temerárias*¹³, isto porque, ele representa os interesses da nova composição do bloco no poder e das frações burguesa que ela representa após o fim da conciliação lulo-petista.

No bojo das *reformas temerárias*, listamos três eixos que evidenciam, a nosso ver, o caráter acentuadamente neoliberal e rentista: **1) Investimento Público:** Teto para gastos públicos (Emenda Constitucional nº 95 de 2016); **2) Trabalho:** Reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e terceirização irrestrita (Lei nº 13.429/2017).

Os principais aspectos evidentes nas reformas são as perspectivas austeras e uma agenda pró-capital [especialmente os rentistas] e, por consequência, de ataque às classes trabalhadoras. Se no primeiro ponto, na E.C. 95/2016, evidencia-se a necessidade de limitar a suposta “gastança” do governo anterior, o que se observa é o princípio ortodoxo e neoliberal de agenda para os países em desenvolvimento. Agenda que é colocada desde fins dos anos de 1980 a partir do chamado Consenso de Washington, porém, o sucesso destas depende da correlação de forças em determinado tempo e espaço.

Ao limitar o investimento público o que se buscou era:

Restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública. [...] Que, dado o quadro agudo de desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, esse instrumento é essencial para recolocar a economia em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos. Corrigir os desequilíbrios das contas públicas é condição necessária para retirar a economia brasileira da situação crítica [em que se encontra]. (Proposta de Emenda Constitucional nº 55/2016).

Assim, a proposta é a “criação de limites para o crescimento das despesas primárias total do governo central” (Proposta de Emenda Constitucional nº 55/2016).

O que se observa na justificativa é a cartilha do referido Consenso de Washington e a necessidade de aplicação de políticas econômicas de

¹³ O nome *reformas temerárias*, faz um trocadilho com o sobrenome do atual presidente, Temer, bem como, pelo iminente risco e perigo que concerne às classes trabalhadoras a aprovação de tais reformas.

caráter ortodoxo, para os países dependentes. Dentre as medidas buscadas pelas *reformas temerárias*, nota-se uma evidente aproximação dos ajustes recomendados em tal consenso, como é o caso do ajuste fiscal e metas monetárias restritivas.

Essas medidas, no limite, implicariam na precarização em longo prazo dos serviços públicos que atendem substancialmente a classe trabalhadora, pois é esta a principal usuária dos serviços públicos, especialmente de saúde e educação. De acordo com Bastos (2016), ao contrário do que se imagina, a concentração da renda não significa necessariamente uma condição para o aumento de investimentos, mas os próprios aumentos nos gastos sociais e de políticas redistributivas implicam no crescimento do PIB. Assim, ao se reduzir os investimentos em saúde e educação, por exemplo, como é mascarado na E.C.nº55, abrem-se flancos para a mercantilização destes, e mais uma vez, quem são as principais beneficiárias são as grandes corporações capitalistas.

Já as reformas que afetam diretamente o mundo do trabalho, e, portanto, a classe trabalhadora, expostas nas leis 13.467/2017 [reforma trabalhista] e 13.429/2017 [terceirização irrestrita], tinham como justificativas principais a modernização das relações trabalhistas, o combate à informalidade e a geração de novos postos de empregos.

Efetivamente, na primeira delas o que se evidenciou foi um desmonte total do que resta, segundo Souto Maior (2017), do projeto de Estado Social Democrático de Direito no Brasil, pois ela impõe uma dura derrota a classe trabalhadora, como se ela fosse uma grande privilegiada em razão de seus direitos trabalhistas. Para o autor, esse desdobramento se dá em razão de alguns aspectos importantes da reforma, que são: negociado sobre legislado, afastamento da Justiça do Trabalho, individualismo das relações de trabalho e políticas de subemprego com os contratos intermitentes. Tudo isso seria o resultado de uma criação de fetiches do empresariado brasileiro que os problemas seriam em virtude de uma alta carga tributária na contratação dos trabalhadores (SOUTO MAIOR, 2017).

Ainda nesse mesmo sentido, segundo Magalhães *et. al.* (2017), quem estão por trás da reforma trabalhista são lobistas de bancos, indústrias e transportes, sendo que, partes das emendas foram integralmente redigidas em computadores de representantes nacionais da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Instituições Financeiras

(CNF), Indústria (CNI) e Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística)¹⁴.

Com relação à Lei 13.429/2017, um aspecto inicial que a nosso ver é importante destacar é o fato de esta lei ser resultada de uma proposição datada de 1998, o PL 4302, cujo proponente houvera sido o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso. Este PL era inclusive, mais “agressivo” do que aquele apresentado, anos mais tarde, pelo empresário Sandro Mabel, o PL 4330/2004. A regulamentação da terceirização foi um intenso debate que vinha sendo traçado desde os anos de 1990, porém, a correlação de forças durante o governo lulo-petista, fez com que não progredisse esse tema, ou pelo menos, não da forma como defendiam as frações burguesas. É nesse sentido que Vicentinho, encampando a proposta da CUT propôs o PL 1621/2007, que buscava regulamentar a terceirização, porém, não de forma irrestrita.

Ao promulgar em 2017 um PL que estava parado desde 1998, tornando irrestrita a terceirização, fica evidente a demanda das frações burguesas, que na atual conjuntura tinha as forças necessárias para fazer valer seus interesses. Conforme argumentou Cunha (2015), a terceirização era compreendida como uma prática “necessária”, “moderna” e “racional”, cuja finalidade é criar consenso nos trabalhadores sobre a importância e inevitabilidade desta prática, construindo assim um novo tipo humano. Do ponto de vista político, ainda argumentou em sua pesquisa, que esta prática gera uma sociabilidade do medo que potencializa a naturalização das situações de humilhações no trabalho, bem como, gera uma individualização e fragmentação no sentimento coletivo destes trabalhadores.

Portanto, nas duas leis aprovadas a respeito do mundo do trabalho por nós mencionados, fica mais do que evidente os interesses das frações burguesas produtivas, em, por um lado reduzir o custo que os empresários possuem para a contratação da força de trabalho, bem como, atacar a solidariedade de classe, fragilizando as resistências e a capacidade de mobilização e de luta dos trabalhadores. Esse é um dos elementos importantes para compreendermos o golpe e as razões da FIESP (e o capital

¹⁴ MAGALHÃES, Alline; *et al.* Lobistas de bancos, indústrias e transportes estão por trás das emendas das reformas trabalhistas. *The Intercept Brasil*, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 11 fev. 2018.

produtivo) abraçar as reformas *temerárias* e bradar que não iriam pagar o pato. Certamente não pagou, quem o está fazendo é a classe trabalhadora.

Como as reformas *temerárias* são de grande impacto à classe trabalhadora de maneira geral, seria necessário tentar construir um consenso com os trabalhadores desorganizados politicamente, permitindo que estes aceitem e compreendam a “importância” e a “necessidade” das reformas – e também, para que não endossem o coro dos trabalhadores organizados politicamente que se mantém de pé contra os retrocessos às suas conquistas.

Assim, as narrativas das frações hegemônicas apontam, para a necessidade de “arrumar a bagunça da casa deixada pelo petismo” e “colocar o país nos trilhos do desenvolvimento”, não sem antes, todos fazerem “esforços extraordinários” em prol do Brasil. Ou seja, todos deveriam abrir mão de algo para recolocar o país no caminho do crescimento econômico, porém, quem seriam os responsáveis por tentar convencer as frações da classe trabalhadora desorganizada politicamente? Em nosso entendimento, a bancada evangélica.

É aqui, a nosso ver, que os representantes neopentecostais (bancada evangélica) possuem um papel importante e decisivo, pois, a busca da construção de um consenso para as reformas passa pelo apoio irrestrito destes parlamentares que representam milhões de trabalhadores, sendo que, a tentativa de forjar um consenso para os trabalhadores desorganizados politicamente não passam por uma dimensão “política”, mas moralizante.

A BANCADA EVANGÉLICA: GOLPES E AS REFORMAS TEMERÁRIAS

Na bancada evangélica estão agrupados aqueles que professam a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinham ao grupo em votação de temas específicos. A bancada evangélica ainda atua de maneira organizada na câmara e no senado, sendo registrada, desde 2003, como Frente Parlamentar Evangélica. Na atual composição do bloco no poder, conta com um total de 78 representantes (num total de 513) na câmara dos deputados eleitos em 2014, representando um total de 8.218.093

eleitores¹⁵. Assim, entendemos que os posicionamentos desses parlamentares nas reformas *temerárias* dão indícios de como buscam criar um consenso nos trabalhadores que eles representam, sobretudo, em virtude de muitos destes parlamentares eleitos ocuparem também uma posição de liderança em suas instituições religiosas.

Convém ainda destacar que eles não representam um bloco que pensa e age de maneira única, uma vez que, em razão de serem vinculados a diferentes igrejas formam um universo plural e cheio de tensões, todavia, possuem um consenso quando dizem respeito às pautas relativas aos costumes e à moral, uma vez que, embora sejam representantes de diferentes agrupações religiosas, e que possam ter interesses materiais diferentes, os grupos neopentecostais e evangélicos, orientam-se politicamente e ideologicamente baseados em premissas bíblicas.

Portanto, a aproximação que fazemos da crise do *lulo-petismo* e a ascensão neopentecostal, diz respeito à maneira como esses últimos se colocaram durante o curso do golpe parlamentar e, também, como se colocaram ao lado das *reformas temerárias*.

Os neopentecostais que compõem a “Bancada Evangélica”, durante o processo que depôs a presidenta Dilma Rousseff, votaram de maneira massiva em prol da ruptura, 93% votaram favoráveis ao golpe. Apenas seis parlamentares votaram contra, sendo ainda três deles, membros do Partido dos Trabalhadores. Com relação às reformas *temerárias* iniciadas pela PEC 241 (E.C. nº 55 de 2016), a bancada evangélica votou em peso em prol do projeto apresentado por Temer. Dos 78 parlamentares, apenas nove votaram contrários à proposta do presidencial, sendo uma delas, Clarissa Garotinho do PP-RJ, expulsa do partido após ela ter votado contrário. No que tange a reforma trabalhista, aprovada também pelo pleno da câmara dos deputados, a adesão da bancada evangélica, não foi consensual, sendo 25 parlamentares contrários à reforma e 53 favoráveis. Por fim, com relação ao projeto que torna irrestrita a terceirização, foi a votação mais dividida, porém, 36 foram favoráveis ao passo que 43 foram contrários, porém, estes 36 votos foram decisivos para que o projeto fosse aprovado, uma vez que o placar final foi 231 favoráveis x 188 contrários, caso não fossem os 36 votos, seria 195 (favoráveis) x 224 (contrários).

¹⁵ Este é o resultado somado dos votos para os parlamentares da bancada evangélica. Os dados por nós utilizados foram produzidos pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2014).

Há ainda um aspecto importante que cabe salientar que foi a votação que decidiu pela não cassação do presidente Michel Temer, nessa votação a bancada evangélica votou em maioria pelo arquivamento da denúncia, sendo seis contrários ao arquivamento e o restante favorável. Com isso, nota-se que a bancada evangélica possui uma forte ligação com as reformas *temerárias* pós-deposição de Dilma.

Portanto, a bancada evangélica, ainda que não possua uma dimensão hegemônica no bloco no poder, ocupa um papel importante como uma fração de apoio, isto porque, por ser uma das maiores bancadas no poder legislativo, seu apoio às reformas *temerárias* são cruciais para sejam aprovadas.

Se as reformas *temerárias* são extremamente impopulares, os pregadores e legisladores neopentecostais buscam assumir uma posição de dupla autoridade moral, por um lado, como legisladores e por outro como líderes morais. Nesse sentido, contribuem para a criação de leis que visam regular o cotidiano das pessoas baseando-se em uma prescrição ética destes grupos, querendo universalizar seus valores particulares. Se, por um lado, defendem as reformas que endurecem a vida cotidiana dos trabalhadores, se consideram messiânicos por serem apoiados por suposta “revelação divina”, a “missão” de legislar a ordem, instaurar a harmonia e reprimir o caos, adotando como estratégias ideológicas a negação das divisões e das polarizações sociais (DANTAS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE!

Levando em consideração o Estado como um campo relacional, que condensa e materializa a luta de classes, na busca de construir uma coesão, concluímos levando em consideração outra hipótese¹⁶: o PT já não seria mais necessário ao Bloco no Poder. A questão da conjuntura econômica leva às frações burguesas a adotarem medidas antipopulares e fazendo os trabalhadores pagarem pela crise a custas de seus postos de trabalhos. Evidentemente isso gera revoltas e mobilizações das classes trabalhadoras. Porém, conforme apresentado nas grandes mídias, a culpa da crise econômica parecia recair toda sobre o governo presidencial de

¹⁶ Aqui não teremos o espaço necessário para buscar a comprovação desta.

Dilma Rousseff, e que com um pretenso impeachment/golpe as coisas poder-se-iam resolver.

É justamente nesse sentido, que entendemos que a bancada evangélica, pode ser uma fração importante, isto porque, por ter um grande peso no legislativo, como já demonstramos anteriormente, ela possui uma capacidade de criar um consenso, do ponto de vista ideológico-moral, nos trabalhadores que não se sentem representados por partidos políticos, mas por seus líderes religiosos, justificando a necessidade de aprovar as reformas e, mais do que isso, que os esforços necessários para “retirar o país da crise” será recompensado por uma benesse divina.

Em certa medida o pensamento de Weber, em nosso entendimento, nos ajuda a compreender isso que estamos chamando ao longo deste texto, de tentativa de construção de um consenso, justamente porque, segundo o sociólogo, a religião atente psicologicamente a uma necessidade muito geral e, desejam ser convencidos de que merecem todos os ganhos e mais, e os menos afortunados estão recebendo o que merece (WEBER, [197?]), uma vez que a religião busca suprir aquilo que o mundo profano não dá.

Segundo Pierucci e Prandi (1996), é no momento de crise existencial que a conversão se dá, quando se manifesta a cura, quando o problema se resolve, quando a vida recupera sentido. Ou seja, quando frações da classe trabalhadora se veem diante da crise e não consegue vislumbrar uma possibilidade de ascensão social a partir da própria materialidade de seu trabalho, esperam uma intervenção divina, que, sendo a política levada a cabo pela sua premissa religiosa, Deus supostamente intercederia em prol destes sujeitos trabalhadores, operando assim o milagre do ganho material (MACEDO, 2008).

Com isso, podemos entender que os deputados evangélicos cumprem a função da ordem e da moral, salvaguardando proposições, controlando condutas e exigindo obediência, mais ainda, sob essa perspectiva, não existe moralidade sem lei, disciplina e submissão (DANTAS, 2011).

Assim sendo, em razão desse prisma ideológico, bem como pelo crescimento destes setores em números absolutos da população, para as frações burguesas este é um discurso ideológico de extrema importância, e que tem alcance sobre a classe trabalhadora desorganizada que se vê

representada pelos pastores de suas igrejas e não em um partido de trabalhadores.

Ainda movimentado por uma ascese e uma ética protestante, tal como demonstrada por Weber (1982), a conjuntura de crise econômica, segundo os defensores do impeachment e a nova composição do governo, seria resolvida não pensando em crise, mas trabalhando. Em diversas cidades via-se logo após a admissibilidade do processo de *impeachment* e afastamento de Dilma, *outdoors* com a frase: “Não pense em crise, trabalhe!” (sic), com o logo do novo governo.

Portanto, o PT já poderia ser uma carta fora do baralho, pensando nos interesses das frações burguesas que em aceitaram em 2002 a condução do Estado por um partido que se colocava como defensor dos interesses das classes trabalhadoras, ainda que na prática, não se deu desta maneira, mas que agora, já não seria mais necessário, pois havia outros setores que poderiam costurar esse apoio das frações trabalhadoras, convertendo-os, não em atores políticos que contestam, mas que obedecem as ordens morais de seus representantes, que, se associam às frações burguesas hegemônicas, na busca de apoio material para levar a cabo suas reformas moralizantes.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *PEC 55 (ex-241):* contraproducente, injusta e antidemocrática. Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, 08 nov. 2016. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/0cd761bb-8629-4e77-848e-2975d2f14072>. Acesso em: 11 fev. 2018.

CUNHA, Yuri Rodrigues da. *Terceirização e terceirizados: um estudo sobre os impactos objetivos e subjetivos da terceirização sobre trabalhadores terceirizados que atuam no setor de limpeza em escolas estaduais no município de Marília-SP.* 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em: <http://200.145.6.238/handle/11449/123213>. Acesso em: 11 fev. 2016.

DANTAS, Bruna Surugay do Amaral. *Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal.* 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019.* Brasília: DIAP, 2014.

- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França: de 1848 – 1850*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, política e sociedade*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PSDB. *Plano de Governo: Aécio Neves – PSDB, 2014*. Disponível em: <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000085/idarquivo/229?x=1404680555000280000000085>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *A quem interessa essa “reforma” trabalhista?* 1 maio 2017. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-quem-interessa-essa-reforma-trabalhista>. Acesso em: 11 fev. 2018.
- WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.